

## **RESERVAS EXTRATIVISTAS: UMA ALTERNATIVA DE PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

**LÚCIA HELENA DE OLIVEIRA CUNHA**

Produto da luta histórica dos seringueiros da Amazônia Ocidental – especificamente dos seringueiros do Acre –, a Reserva Extrativista (RE) surge, em âmbito institucional, entre fins dos anos 80 e início dos anos 90, como a única modalidade de conservação da legislação ambiental brasileira que prevê, simultaneamente, o uso sustentável dos recursos naturais e a regularização fundiária dos espaços das populações tradicionais.<sup>1</sup>

Diante de um modelo de desenvolvimento predatório e concentrador de riquezas adotado pelo Estado brasileiro, desde a década de 70, com base na expansão da pecuária extensiva (e da fazenda agrícola), a Reserva Extrativista origina-se como crítica aos desmatamentos crescentes ocorridos na Amazônia, transformando imensas áreas de florestas, ricas em biodiversidade em campos de pastagens.<sup>2</sup>

A perversidade desse modelo reside no fato de, além de produzir a expulsão dos povos da floresta de seu habitat tradicional, a devastação da floresta elimina, em definitivo, plantas medicinais sequer conhecidas ou classificadas, árvores frutíferas com alto teor nutritivo, diversidade de espécies vegetais e animais inexistentes em outros lugares do mundo (IEA, 1988). Ademais, como observam especialistas, o desmatamento gera degradação dos solos, desertificação, erosão, sedimentação dos rios e elevação da concentração de dióxido de carbono na atmosfera, só para citar alguns de seus efeitos.<sup>3</sup>

De outro modo, além de uma reação aos desmatamentos, Reservas Extrativistas surgem em contraposição aos projetos de colonização instituídos na região, fundados na atividade agrícola, visando assentar as populações regionais (e do sul do Brasil) em módulos geométricos que cortam ou

retalham a floresta em pequenos lotes individuais, rompendo com a territorialidade tradicional dos povos da floresta, com seus ciclos naturais e produtivos, e provocando esgotamento dos solos. Os fluxos migratórios para as áreas urbanas e de fronteira, intensificados na década de 70 e 80, assim como o significativo número de desistências ocorridos (Fearnside, apud Anderson, 1994) revelam a ineficácia dos projetos de colonização.<sup>4</sup>

Esse modelo de desenvolvimento, implantado de forma totalmente alheia às configurações sócioambientais regionais, produziu sérios abalos ao modo de viver amazônico, desarticulando sistemas ambientais e ricas sociabilidades integradas às condições de vida da floresta tropical. É nesse contexto que vários grupos sociais e étnicos – índios, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos – , que milenar ou secularmente extraem da natureza os produtos necessários para sua reprodução social, em simbiose com a dinâmica dos ecossistemas amazônicos, tiveram seu modo tradicional de vida ameaçado ou desarticulado.

Contraopondo-se a esse modelo de desenvolvimento, com todos seus custos econômicos, sociais e ecológicos, um movimento social com características bastante singulares emerge no cenário amazônico – entre as décadas de 70 e 80 –, voltado para a defesa da região, numa luta pelo direito à terra e aos espaços de vida na floresta: o movimento social dos seringueiros.

Esse movimento social que, desde seu início, tem por base uma forma de sindicalismo adaptado às condições da realidade amazônica, desenvolve estratégias de lutas muito peculiares, com formas de ação e linguagem bastante inovadoras, denunciando as práticas desmedidas de desmatamento na região e um conjunto de injustiças sociais ocorridas com a invasão de fazendeiros do centro sul do Brasil nos territórios tradicionais dos seringueiros. Reportando-se a esse processo, afirma Chico Mendes (1989): “... Após 1970, com a política de especulação da terra, a situação mudou, iniciando-se então os grandes desmatamentos e a expulsão em massa.

Chegaram os fazendeiros do sul que, com o apoio dos incentivos fiscais da SUDAM, compraram mais de 6 milhões de hectares de terra, espalhando centenas de jagunços pela região, expulsando e matando posseiros (seringueiros) e índios, queimando os seus barracos, matando, inclusive, mulheres e animais (...). Na minha região, em cinco anos, foram expulsas mais de dez mil famílias de seringueiros, quatro mil tentaram a vida nas cidades, aumentando o cinturão de miséria”.

Dentro desse quadro, é possível sintetizar a dinâmica do movimento social dos seringueiros em dois momentos principais: um relativo aos chamados “empates”; outro à proposição das “Reservas Extrativistas”.

### **Os Empates**

Como forma de impedir ou embargar as derrubadas da mata, os “empates” configuram-se como ações coletivas, de caráter espontâneo, empreendidas pelos seringueiros, a partir do início dos anos 70, quando um grupo que varia entre setenta, cem ou duzentas pessoas (homens, mulheres e crianças) realiza uma espécie de mutirão, com o intuito de convencer os peões – encarregados da derrubada – a não utilizar as motosserras para o corte das árvores, desmontando seus acampamentos. Assim relata Chico Mendes: “Lembro que em 10 de março de 1976 aconteceu o primeiro movimento mais importante, quando chegaram três seringueiros de um seringal próximo a Brasiléia e denunciaram que a área deles estava sendo devastada por cem peões, com pistoleiros na região. Pela primeira vez reunimos setenta homens e mulheres e fizemos uma trincheira na selva para impedir o desmatamento. Esse fato chamou a atenção de todos, inclusive, do exército e da polícia. Mas, a gente chegou à conclusão que a luta era ali mesmo (...). Era o seguinte: fazíamos o cordão de mãos dadas e cercávamos a área que estava sendo desmatada; não deixávamos os caras entrar e desmontávamos seus acampamentos” (Chico Mendes, 1989).

É preciso salientar que, nessa luta contra os desmatamentos, os empates tinham como principal objetivo impedir as crescentes expulsões produzidas pelos fazendeiros oriundos do centro sul do Brasil, que, com a crise dos seringais nativos, adquiriram as terras dos seringalistas e expulsaram os seringueiros, transformando suas áreas em fazendas de gado. Inúmeros conflitos fundiários daí derivaram, levando a desterritorialização dos povos da floresta e a ameaça de perda de sua identidade cultural.

Uma das peculiaridades dos empates parece decorrer do fato de congregarem em seu interior formas de lutas nas quais o conflito, o diálogo, a persuasão, o convencimento e a justiça têm lugares próprios. Nessa direção, Chico Mendes (1990) observa: "... o empate é a forma que nós descobrimos dos seringueiros se organizarem em mutirões e se deslocarem para os locais de desmatamento, se colocarem entre os peões e a floresta e desmobilizar seus acampamentos, dialogar com eles e forçar a retirada".

Embora marcado pela busca do diálogo, os empates configuraram-se como forma de luta desigual, onde o confronto também se fez presente: diante de mulheres e crianças a polícia regional nem sempre adotou atitudes violentas; em muitos casos, porém, ocorreram prisões e assassinatos de lideranças sindicais, em função de seus projetos políticos contrariarem interesses econômicos hegemônicos na região voltados para a expansão da agropecuária e à exploração predatória dos recursos naturais.<sup>5</sup>

Nem sempre os empates alcançaram expressão em termos de resultados práticos. Em verdade, apenas 17 ações empreendidas entre os anos de 1976 e início dos anos 90, tiveram eficácia. Como observa Menezes (1994, p.52): "apesar disso, uma área superior a 1,2 milhão de hectares deixou de ser derrubada, a partir dessa forma de resistência, garantindo a permanência de centenas de famílias em suas "colocações" (unidade produtiva dentro do seringal, onde vive e trabalha o seringueiro)"

Além disso, como resultado dos empates, os seringueiros puderam ser transformados em posseiros, de acordo com o Estatuto da Terra, recebendo por suas benfeitorias, mesmo quando expulsos da floresta.

Como forma de luta contra os desmatamentos e a pecuarização de suas áreas tradicionais, os empates constituíram – se, pois, em forma de resistência peculiar que os seringueiros adotaram para a preservação da vida na floresta.

De outro modo, o ineditismo dos empates, já a essa época, aparece no fato de a dimensão ecológica estar imbricada às lutas sociais amazônicas, advinda das formas seculares de o homem da floresta interagir com o seu próprio meio natural. Mesmo sob o jugo do seringalista <sup>6</sup>, o seringueiro acumulou, em cem anos de sua existência social, vasto conhecimento da vida florestal, da diversidade das espécies nativas e da complexidade dos sistemas ambientais, numa visão em que os processos vitais aparecem entrelaçados. A reverência à natureza se evidencia, por exemplo, em sua própria atividade econômica principal, nas habilidades e cuidados no corte da seringa, na qual, até hoje, procede-se apenas a uma pequena incisão no caule, respeitando-se às condições ecológicas de sua reprodução: as árvores não podem ser cortadas dia após dia, somente de maneira intercalada para evitar a exaustão do látex.

Esse é somente um exemplo, dentre inúmeros, para se realçar que a questão ecológica para os seringueiros – e seu conseqüente discurso “ambientalista” – é produto de seu sistema social, cultural e ambiental tradicional, ainda que atualizado no encontro (ou confronto) com forças sociais externas. O que se pretende dizer é que, na dinâmica do movimento dos seringueiros, a dimensão ecológica não adquire exterioridade, porque as lutas internas na Amazônia trazem consigo a ecologia integrada às práticas sociais e culturais seculares.

## **Reservas Extrativistas: origem, conceito e sujeitos históricos**

Como desdobramento dos empates – ainda que se revestindo de caráter peculiar –, a proposta de criação das Reservas Extrativistas surge em meados dos anos 80, como alternativa concreta de utilização sustentável da terra e dos recursos florestais (exceto dos madeiráveis), em face do modelo de desenvolvimento implantado na região, completamente divorciado da realidade social e ambiental amazônica, conforme já referido.

Essa proposta resulta do I Encontro Nacional dos Seringueiros, no qual vários representantes de diversas localidades amazônicas se reúnem pela primeira vez para discutir seus problemas comuns e apresentar alternativas aos desmatamentos na Amazônia. Deriva daí a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entidade civil que passa representar os interesses específicos dos povos da floresta, lutar por suas reivindicações e articular suas propostas, junto com as populações indígenas e o movimento ambientalista.

Nesse Encontro, os seringueiros vêm a se colocar, também, frontalmente contrários aos projetos oficiais de colonização, que pretendiam dividir suas terras em lotes individuais; e como forma de garantir seu direito histórico de permanecer na floresta, propõem uma modalidade própria de Reforma Agrária, voltada para as peculiaridades da vida florestal.

Assim, estabelecendo uma analogia com as Reservas Indígenas, os seringueiros propugnam a criação de Reservas Extrativistas, como áreas destinadas à proteção da floresta amazônica e da população que tradicionalmente nela vive.

A originalidade dessa proposta se apresenta por ser protagonizada por sujeitos sociais que até então apareciam à margem da história, renegados ou desconsiderados pelas políticas públicas regionais e nacionais; e, também, por tomar por base, fundamentalmente, as necessidades e características das populações extrativistas e dos ecossistemas amazônicos.

Em verdade, Reserva Extrativista representa um marco para o próprio sistema nacional de conservação – ainda que marginal – à medida que pressupõe a preservação da biodiversidade, com a participação ativa das comunidades que historicamente a integram, rompendo com as visões que, assentadas no princípio do preservacionismo puro, preconizam a intocabilidade dos recursos (Diegues 1996)<sup>7</sup>. Articulando, concomitantemente, as dimensões ambiental e fundiária, a definição a seguir sintetiza, em termos formais, o sentido da idéia: “denomina-se Reserva Extrativista, uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada por meio da Concessão Real de Uso, transferida pelo Estado para Associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações por meio de projetos de educação e saúde”.<sup>8</sup>

Além de combinar o uso produtivo dos recursos florestais com a sua conservação, a Reserva Extrativista visa assegurar o direito histórico das populações extrativistas ao seu território, bem como propiciar formas de sustentabilidade dos recursos naturais presentes no próprio sistema tradicional dos povos da floresta. Muitos estudiosos reconhecem que a extração de produtos florestais praticada na Amazônia, ao longo do tempo, pelas populações tradicionais (seringueiros, ribeirinhos e índios) deriva de “um modelo moderado de uso da floresta, com um nível muito baixo de perturbação ambiental para o ecossistema, podendo ser uma alternativa interessante para o desenvolvimento da Amazônia” (Kageyama, 1991).<sup>9</sup>

Como uma das principais “bandeiras” de luta dos povos da floresta amazônica, a partir de 1985, Reserva Extrativista ganha expressão no cenário nacional e internacional, sendo amplamente conhecida e debatida por diferentes setores sociais (governamentais, não-governamentais, partidos políticos, universidades, instituições de pesquisa e movimentos sociais) que passaram a dar visibilidade aos seringueiros – protagonistas dessa proposta. Conforme referido, até então esquecidos, submersos ou vencidos no próprio

confronto com a história, os seringueiros eram vistos como seres anacrônicos e atrasados, fora do tempo. Segundo Arnt (1994), “alguns críticos isolaram os seringueiros na galeria arquetípica da geografia humana das cartilhas escolares brasileiras e não querem deixá-los sair da companhia de tipos exóticos, como “o jangadeiro”, “o gaúcho”, “o imigrante”. Seriam uma reminiscência histórica, uma espécie em extinção, em rota de migração para os ermos bolivianos”.

Acontece que, após “cem anos de solidão”<sup>10</sup>, os seringueiros *saíram* da mata e mostraram para o Brasil e para o mundo o alcance de seu projeto político, social e ambiental, que conecta desenvolvimento e conservação da natureza; projeto esse tecido com base em sua experiência de vida secular com a floresta tropical, sem afetar as suas condições naturais de reprodução. É nessa perspectiva, tendo como portador um sujeito histórico-social bastante genuíno, que Reserva Extrativista adquire visibilidade e força política, articulando um amplo arco de alianças entre diversos setores sociais, no sentido de dar à proposta viabilidade técnico-científica e política.

Assim, operando no contexto de uma vasta rede social ou de redes sociais entrelaçadas, o movimento social dos seringueiros inaugura, já em meados da década de 80, práticas políticas bastante inovadoras, articulando várias entidades de mediação tanto no plano regional, quanto nacional e internacional para a formação de um campo de forças amplo, diferenciado ou até díspare, regido porém por uma idéia comum: a transformação da proposta das Reservas Extrativistas em um fato social real.<sup>11</sup> Mesmo diferenciado e norteado por lógicas próprias, esse campo atua complementarmente, ocupando espaço estratégico em múltiplas esferas, em especial na mídia e exercendo vários níveis de pressão aos organismos promotores e financiadores do modelo de desenvolvimento dominante na Amazônia. A fala e o gesto desse movimento social passa a ser, pois, o de ecologizar as cidades ou de “florestanizar” as instituições urbanas brasileiras, produzindo uma inversão na tendência histórica de se civilizar a selva amazônica.

Referenciando-se em seu próprio universo sócio-cultural, os seringueiros estabelecem - entre tensões e harmonia - uma dialogia com o mundo, fazendo sua linguagem e sua proposta de sustentabilidade das Reservas Extrativistas alcançar ressonância universal. Acentuando a dimensão planetária dessa proposta assinala Chico Mendes (1989) : “ hoje, a luta em defesa da Amazônia não interessa só a nós, seringueiros e índios, mas é uma luta que interessa a toda sociedade brasileira, ao mundo inteiro e a todo planeta”.<sup>12</sup>

A morte de Chico Mendes (que o tornou símbolo mundial de defesa da natureza), mesmo tendo levado a instituição das Reservas Extrativistas na região amazônica – um de seus principais objetivos de luta – retira-lhe a possibilidade de construir o seu destino, como ser e como líder, o de possuir vida para lutar em defesa da vida : “Quero viver, para salvar a Amazônia! “

### **Regulamentação Institucional: competências, modalidades e participação**

Como decorrência das lutas dos seringueiros, há de se salientar o fato de que, pela primeira vez na história de seus movimentos, os seringueiros conseguem ter suas demandas sócioambientais próprias incorporadas pelos órgãos estatais. Tais demandas foram transformadas em políticas públicas, com o apoio de assessorias especializadas.

Assim, em plano institucional, Reserva Extrativista ganha corpo em duas instâncias: no Plano Nacional de Reforma Agrária, estando presente, especificamente, no “Projeto de Assentamento Extrativista”, (PAE), conforme Portaria 627 de 30 de julho de 1987, do Incra; e, também, fazendo parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, atual Sistema Nacional de Conservação (SNUC), conforme Lei 7.804, de 18 de julho de 1989, artigo 9, e Decreto 98.897, regulamentado em 30 janeiro de 1990, como uma unidade de manejo sustentável dos recursos naturais.

Desde sua criação como figura jurídica na legislação ambiental brasileira, as Reservas Extrativistas vêm sendo geridas pelo CNPT- Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais, órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que nasceu com a função precípua de gerenciar, executar assessorar e monitorar os programas dessa unidade de manejo sustentável, a partir das demandas das próprias populações tradicionais e em trabalho conjunto.

O Conselho Consultivo do CNPT é formado por vários representantes de entidades indígenas, das populações extrativistas, dos pescadores artesanais e demais segmentos civis, e tem por objetivo propor diretrizes e políticas para a atuação desse organismo; em sua estrutura de funcionamento, o CNPT conta, também, com os Conselhos Regionais destinados a acompanhar suas ações e atividades desenvolvidas em âmbito regional, cuja estrutura é formada pelo superintendente do Ibama, por uma autoridade indicada pelo governo do Estado e por representantes da sociedade civil ; os Escritórios Regionais estão instalados em várias partes do país, onde o CNPT desenvolve projetos sustentáveis, e sua finalidade básica é executar os programas e planos destinados a viabilizar as Reservas Extrativistas.

A criação das Reservas Extrativistas implica, necessariamente, uma demanda, ou uma reivindicação, advinda das próprias populações tradicionais para o CNPT<sup>13</sup>; essas populações se organizam numa entidade que as representa e que recebe a concessão de uso da área para transformá-la, por meio de programas concretos, em unidades de manejo sustentável. São essas populações organizadas que elaboram o Plano de Utilização dos recursos naturais, definindo as regras de uso econômico e social das atividades implantadas na Reserva. Essas regras são expressas em Portarias pelo IBAMA e publicadas em Diário Oficial da União. Ademais, os moradores administram e fiscalizam o funcionamento da Reserva Extrativista e

monitoram seus projetos. Através do Núcleo de Base, os diversos grupos de liderança, se fazem representar para discutir os problemas que os afetam, ampliando a participação das comunidades no processo gestor. O Conselho Deliberativo dessa unidade de manejo sustentável é formado pelo órgão responsável por sua administração, por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais moradoras da Reserva SNUC (2000).

O grau de autonomia presente nos processos de gestão das Reservas Extrativistas em sua amplitude, deve ser naturalmente relativizado frente às características estruturais do Estado Brasileiro, às práticas clientelísticas típicas das instituições públicas regionais e às formas de controle social imanentes ao modelo social dominante. Ademais, a ampliação da participação gestora das populações extrativistas em suas unidades de manejo, não deve derivar necessariamente de iniciativas ou práticas institucionalizadas, podendo contemplar alternativas criativas próprias de sobrevivência social em suas múltiplas possibilidades e mecanismos culturais de controle ecológico presentes em seu próprio sistema tradicional.

Todavia, em se tratando da ausência de uma política ambiental brasileira que compatibilizasse o uso sustentável dos recursos com a sua conservação, e que ao mesmo tempo efetivasse a regularização fundiária das posses das populações tradicionais, nas áreas de seu domínio, o surgimento das Reservas Extrativistas tem, sem dúvida, caráter inédito e inovador.

Esse ineditismo se manifesta, em primeiro lugar, por se constituir uma conquista histórica de um segmento invisível das políticas de desenvolvimento da Amazônia, assentadas no mito do vazio demográfico regional. Em segundo lugar, sua relevância reside no fato de essa unidade de manejo contemplar a participação ativa das populações extrativistas no modelo de gestão dos recursos naturais (na elaboração, administração, fiscalização e monitoramento). Isso tem um significado histórico bastante amplo, considerando-se que essas populações foram, culturalmente,

socializadas sob o jugo dos seringalistas, mantendo-se por quase cem anos em situação de semi-servidão. As Reservas Extrativistas vêm constituindo uma forma de promoção da inclusão social e da cidadania, pois as populações das reservas e seus representantes são, além de co-gestores do seu funcionamento, agentes “negociadores” junto aos órgãos estatais, de políticas públicas apropriadas à sua realidade socioambiental. De outro modo, essa unidade de produção e conservação demonstra, a partir de uma experiência histórica secular, que é possível conciliar populações humanas com proteção ambiental.

Ademais, a originalidade das Reservas Extrativistas, conforme assinalado, é assegurar a permanência das populações extrativistas em suas áreas tradicionais – mediante instrumentos jurídicos – contribuindo para a redução do êxodo rural, e diminuindo os conflitos fundiários tão recorrentes na história da região. Traz, ainda, como benefício sócioambiental o fato de constituírem-se em áreas de estoques de recursos naturais destinadas à pesquisa com vistas à implantação de programas econômicos adaptados às condições da floresta tropical úmida, que elevem o nível de vida das populações tradicionais.

Dentro dessa linha de raciocínio, Allegretti (1994) observa que Reservas Extrativistas “provocam queda da especulação da terra nestas áreas, na medida que projetos de desmatamentos ficam proibidos; diminuem custos de proteção de florestas e aumentam a garantia de sua eficácia, uma vez que os extrativistas constituem-se em verdadeiros guardiões do território nacional, de suas fronteiras e dos recursos naturais e estabelecem parâmetros claros de um novo modelo regional de desenvolvimento para a Amazônia...”

Desde sua origem, há mais de dez anos, são 22 Reservas Extrativistas existentes em todo o território brasileiro, abrangendo diferentes áreas da região amazônica e do Brasil: Acre, Amapá, Maranhão, Pará, Tocantins, Rondônia, Amazonas, Rio de Janeiro, Bahia, Delta do Parnaíba,

Alagoas e Santa Catarina (Anexo 1). Já estão em processo de criação mais 20 unidades amazônicas (Anexo 2).

Tradicionalmente, seguindo sua origem histórica, essas unidades estavam concentradas na região Amazônica, com exceção da Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé, localizada em Santa Catarina; recentemente, a partir de 1997, começaram a surgir, também, as demandas socioambientais pelas chamadas Reservas Extrativistas Marinhas, as quais se constituem, hoje, em 6 unidades de manejo.

Tais unidades marinhas estão localizadas em Florianópolis, no Rio de Janeiro, em Alagoas, na Bahia., em Santa Catarina, no Maranhão, conforme quadro abaixo.

### RESERVAS MARINHAS CRIADAS

<b>Nome</b>	<b>Cidade Estado</b>	<b>População</b>	<b>Área ha</b>	<b>Recursos Manejados</b>	<b>Criado em</b>
Delta do Parnaíba	Parnaíba e Araióses PI-MA	3600	27.000	Caranguejo uça	16/11/00
Pirajubaé	Florianópolis - SC	600	1.444	Berbigão, pescado e crustáceos	20/05/92
Arraial do Cabo	Arraial do Cabo - RJ	3150	56.769	pescado	03/01/97
Baía do Iguape	Maragogipe e Cachoeira - BA	1150	8.117	Pescado	14/08/00
Ponta do Corumbau	Prado - BA	800	98.174	Pescado	21/09/00
Lagoa do Jequiá	Jequiá da Praia - AL	2000	10.023	Pescado e crustáceos	27/09/01

Fonte: CNPT - IBAMA

Além dessas unidades, existem 33 demandas advindas dos pescadores artesanais, em processo de estudo, para a criação de novas Reservas Extrativistas Marinhas, segundo dados do CNPT, em várias partes da costa brasileira (Anexo 3). A necessidade de proteger seus territórios, tão ameaçados pelos processos crescentes de urbanização, de especulação imobiliária, de turismo e pelas pressões da pesca industrial, pode ter contribuído para o pescador artesanal buscar na Reserva Extrativista uma modalidade de proteção sócioambiental, que assegure seus direitos históricos

de acesso ao mar e aos recursos pesqueiros numa relação de equilíbrio com seus ecossistemas.

Assim, hoje, existem duas modalidades de Reservas Extrativistas: a Amazônica (ou florestal) e a Marinha, a desafiar a elaboração e implementação de programas de acordo com a dinâmica sociedade-natureza peculiares em cada contexto e a necessidade de elevação da qualidade de vida das populações tradicionais que habitam cada ambiente, por um tempo secular.

Dadas as especificidades do ecossistema marinho – cíclico, móvel e imprevisível –, um conjunto de ajustes e procedimentos conceituais se faz necessário para que não se proceda a transposição mecânica de um contexto para outro. Pode-se dizer que ambas as realidades desenvolvem atividades extrativas – ou seja, atividades não transformadoras da natureza (stricto-sensu) – que consistem em mecanismos adaptativos empreendidos ao longo do tempo, através da experimentação e observação rigorosa dos ciclos naturais. Uma, está centrada no extrativismo de coleta vegetal, outra no extrativismo de coleta animal, mas ambas praticam tais atividades, secularmente, sem afetar as condições de reprodução de seus ecossistemas específicos, pois a base de recursos naturais de que se valem é de caráter renovável e utilizada, tradicionalmente, de modo sustentado. A rigor, tanto o extrativismo do látex da borracha (e da castanha) na Amazônia vêm acompanhados do desenvolvimento de outras atividades produtivas suplementares, quanto a própria atividade pesqueira artesanal, em seu passado histórico recente, era praticada em conjunto com a roça de subsistência e com a caça.

Entretanto, para a construção das Reservas Extrativistas Marinhas, a territorialidade do pescador artesanal, em sua totalidade, deve ser considerada, ou seja, terra e mar devem ser tomados como uma unidade socioambiental indissociável, própria do universo do pescador, assim como a forma através da qual tais espaços são apropriados em suas múltiplas

dimensões. Os pontos específicos de pesca, as marcações, os pescadores, os caminhos fazem parte do modo como o pescador artesanal se apropria do espaço marítimo, do modo como “mapeia” em termos econômicos, sociais, ambientais e culturais seu território (Maldonado,2000). Além disso, seus saberes seculares devem ser incorporados nos planos de gestão dos recursos pesqueiros, assim com suas técnicas ecoprodutivas presentes na arte de pescar devem integrar as propostas de manejo (Cunha, 2001). Em outros termos, propõe-se levar em conta, no âmbito dessa discussão, as idéias recentes de Diegues(2000) - profundo conhecedor da vida marítima - sobre o conjunto de saberes que as populações pesqueiras detêm no trato com a natureza, designado como etnoconservação.

Atualizando essas idéias, o autor acentua sua crítica ao modelo dominante de conservação do mundo natural, que abstrai a participação ativa das populações tradicionais, não reconhecendo sua contribuição milenar ou secular para a reprodução das dinâmicas do ecossistema. Nessa perspectiva, desconsidera-se que biodiversidade se entrelaça, intimamente, com sociodiversidade. Para o autor, “ao contrário do que prega a biologia da conservação, importada e apoiada no Brasil, por algumas megaorganizações conservacionistas internacionais, a etnoconservação, como nova teoria e prática conservacionista, não de domínio exclusivo de determinados cientistas nem do Estado, mas de um movimento que reúne cientistas de diversos campos, tanto das naturais quanto das sociais, e por isso interdisciplinar, das comunidades (os principais sujeitos da conservação) e várias organizações não governamentais, a fim de implantar uma conservação real das paisagens, de proteger a diversidade biológica e também sócio-cultural”.

De outro modo, considerando as especificidades das comunidades pesqueiras artesanais no Brasil, vivendo dinâmicas sócioambientais diferenciadas na região nordeste e na região sul, por exemplo, torna-se necessário que as Reservas Marinhas tomem em conta tais

dinâmicas, tanto no processo de criação das Reservas, como na implementação de programas concretos.

A contribuição histórica das populações pesqueiras para a preservação da biodiversidade dos ecossistemas litorâneos e para a construção de uma cultura própria, deverão permitir a busca de alternativas para a gestão dos recursos pesqueiros e de seus territórios tradicionais, cada vez mais ameaçados ou desarticulados pelos processos sociais dominantes (Diegues, 2001, Vieira, 1995).

Inúmeros trabalhos de pesquisa já existentes nos Centros de Pós-Graduação e Núcleos de Pesquisa brasileiros, de caráter interdisciplinar, tanto no campo biológico, como sócio-antropológico, poderão subsidiar a geração de programas sócioambientais nas unidades de produção e conservação marinhas, desde que pautados no universo sócio-cultural das populações tradicionais.

A atuação do MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores), no processo de criação das Reservas Extrativistas Marinhas, certamente será de grande importância, no sentido de assegurar a representatividade, as demandas e as propostas dos pescadores artesanais ou dos caiçaras, levando em conta que esse movimento há mais de uma década vem atuando junto aos órgãos públicos em defesa dos interesses desse segmento social.

Encontros entre seringueiros e pescadores artesanais – entre os povos da floresta e os povos do mar - poderão, também, permitir a troca fértil de idéias, saberes e experiências relativas tanto às suas tradições comuns, quanto específicas, contribuindo para a abertura de novos caminhos, para o alargamento de perspectivas e para a solidez dos programas implantados no interior das Reservas Extrativistas.

## **Ordenamento Espacial e Significado do Termo Extrativismo**

No caso dos seringueiros, foi sua forma de interação como os recursos florestais e, mais precisamente, seu modo de ordenamento espacial tradicional no interior da floresta, que informou a concepção das Reservas Extrativistas. Como assinala Allegretti (1994, p.25): “a forma tradicional de uso dos recursos extrativos na Amazônia esteve sempre centrada na colocação – unidade produtiva familiar formada pelas estradas de seringa (conjunto de seringueiras) e pelas áreas de caça, pesca, agricultura de subsistência, coleta de frutos. Os recursos explorados por uma unidade familiar não necessariamente estão restritos espacialmente à área exclusiva de uma colocação, podendo sobrepor-se às de outra, vizinha. Isso significa que rígidos limites de uso e de propriedade, individuais, não correspondem à realidade dos seringais.” Alerta a autora que o próprio conceito de propriedade e a medida em hectares só apareceram na Amazônia com as fazendas. Antes, dimensionava-se o tamanho da floresta em números de seringueiras e os limites dos seringais, através dos rios e igarapés. Isso aponta para uma forma de conceber o espaço e interagir com os recursos naturais de modo completamente distinto daquele utilizado pelas sociedades estruturadas na lógica da propriedade. Ou seja, deve-se considerar que a delimitação territorial – quer nas fronteiras internas, quer nas fronteiras externas das colocações –, não corresponde às medidas estabelecidas pela propriedade privada, ou pela noção territorial da propriedade rural, que tem na atividade agrícola seu valor produtivo essencial.

De outro modo, há de se considerar que, de domínio tradicional dos seringueiros, a colocação constitui um espaço bastante singular que abriga o grupo doméstico, a moradia, o trabalho e o lazer. A colocação representa, também, um espaço de sociabilidade próprio, marcado por relações de parentela, de vizinhança e compadrio – em seu interior realizam-se festas, mutirões e formas de cooperações variadas (Almeida, 1988). Nesse sentido, as Reservas Extrativistas devem, naturalmente, incorporar os distintos significados – materiais e simbólicos – que as populações tradicionais

conferem a seus espaços vitais, uma vez que o desejo pela terra (pela floresta, pelos rios, pelo mar) abriga tanto a necessidade de assegurar as condições ecológicas para a produção material, como o sentido que esses espaços físicos, sociais, econômicos e culturais imprime à sua existência, como espaços sagrados, de beleza, de formas próprias de convivibilidade.

Assim, com base no ordenamento espacial tradicional dos seringueiros, Reservas Extrativistas (no caso, as florestais) “configuram um perímetro em torno de um conjunto de colocações, respeitando os limites dos antigos seringais, sem divisões internas entre as colocações, o que não significa, o não reconhecimento das unidades produtivas familiares” (Allegretti, 1994,26).

Essas unidades tomam, portanto, como fundamento a territorialidade do seringueiro que abrange diferentes ecossistemas ou microambientes (floresta, rios, igarapés, terra), na forma como interage com cada um, em suas múltiplas dimensões. Embora todos esses elementos assumam significação em seu universo é a mata, segundo Teixeira (1997), “o elemento articulador mais amplo que lhe dá sentido e, a partir da qual, elabora suas categorias de pensamento”.

Pautando-se na territorialidade tradicional do seringueiro que obedece à forma como os recursos estão distribuídos no interior da colocação, à sua disponibilidade e às próprias características das atividades desenvolvidas é que a área das Reservas Extrativistas foram concebidas: na perspectiva de assegurar às populações extrativistas seus direitos históricos de posse e permitir a viabilidade de projetos sustentáveis na floresta.

É necessário esclarecer, aqui, que o termo extrativista presente nessa unidade de manejo refere-se apenas às suas atividades principais desenvolvidas secularmente, e não a uma forma exclusiva de atividade econômica, mesmo porque, atualmente, os seringueiros praticam a atividade extrativa em conjunção com a agricultura de subsistência, a criação de pequenos animais, a pesca e a caça. Como diz Allegretti (1994, p.19): “a

base extrativista atualmente existente na região assegura a ocupação e a proteção de largas extensões daquele território (...) não constitui, no entanto, a base exclusiva sobre a qual se pretende o desenvolvimento econômico regional. Ou seja, Reserva Extrativista define um território, um espaço e uma forma de regularizar o acesso a ele. Não define porém o tipo exclusivo de economia que se pretende ali desenvolver. Estabelece, sim, uma condicionalidade – a sustentabilidade”.

Nesse sentido, a diversificação da produção e o múltiplo uso do espaço, de acordo com as especificidades dos ecossistemas e da cultura secular das populações tradicionais, são condições para a sustentabilidade econômica, social e ambiental das Reservas Extrativistas. Ou, em outros termos, a preocupação presente nos programas econômicos gestados no interior das reservas é a construção de sistemas agroflorestais ou agrosilvopastoris, combinando as atividades produtivas de modo integrado e compatível com os ecossistema . O desenvolvimento das atividades ecoprodutivas tomam em contam, naturalmente, a vocação de cada região ou micro-região. De um lado, se reconhece a riqueza da biodiversidade dos ecossistemas amazônicos em suas potencialidades ambientais e produtivas; de outro, sabe-se da necessidade de se buscar alternativas economicamente viáveis que explore esse potencial sem esgotá-lo.

### **Programas e estudos empreendidos\*\***

Transcende ao âmbito do presente artigo, proceder a uma análise sobre o alcance ou limites das ações desenvolvidas no interior das Reservas Extrativistas Amazônicas para compatibilizar desenvolvimento econômico,

---

\* Esse item foi elaborado integralmente com base nas informações e dados fornecidos pelo CNPT – órgão responsável pela administração e co-gestão das Reservas Extrativistas.

social e sustentabilidade ambiental. Não se pretende também, aqui, entrar na controvérsia existente sobre a viabilidade econômica do extrativismo a longo prazo<sup>14</sup>. Mesmo porque os estudos de Kageyama (1991), por exemplo, pautados no chamado “neoextrativismo”, há muito propõem a criação de “Ilhas de Alta Produtividade” no interior das Reservas Extrativistas, como forma de aprimoramento do extrativismo, transformando-o em alternativa econômica viável. Ou, em outros termos, sua proposta significa um modo de associar o aumento da produtividade nas reservas a manutenção da estrutura genética das espécies em extração. Essas Ilhas, são “pequenas áreas (1 a 2 ha), com as culturas em extração, puras ou em consórcio, sob a forma de variedades melhoradas derivadas das populações locais, tornando-se uma continuação das populações naturais”. O amplo debate sobre essa proposta e sua experimentação no interior das unidades de produção e conservação poderão revelar melhor o seu alcance (ou limites).

Sem pretender esgotar o conjunto de iniciativas e programas concretos que vêm sendo implantados para viabilizar as Reservas Extrativistas, é possível apontar alguns esforços criativos que vêm sendo empreendidos de parte dos órgãos gestores, de pesquisadores e populações extrativistas nessa direção. Dentre eles, citam-se os programas que visam melhorar a produção extrativista, tanto em produtividade, como em valor da produção, e os destinados à sua comercialização, pois, como alerta Kageyama (1991): “para que seja alcançado o pleno desenvolvimento das Reservas Extrativistas, também é necessário que a produtividade da espécie em extração se eleve a níveis de competitividade de mercado, mantendo-se a estrutura da floresta natural”.

Afora a existência de projetos educacionais e de atendimento à saúde no interior da floresta, a construção de usinas de beneficiamento da castanha e de unidades de beneficiamento da borracha vegetal constitui uma das preocupações centrais, uma vez que esses produtos extrativos representam tradicionalmente a base de sobrevivência das populações locais;

e além disso, nos últimos anos particularmente, a borracha, sofreu uma queda de preços bastante significativa, exigindo uma série de medidas para a garantia de sua viabilidade produtiva.

Nesse sentido, foi implementado no interior das Reservas sistemas de beneficiamentos baseados na produção familiar, a Folha de Defumação Líquida, substituindo a antiga defumação e propiciando melhores condições de competitividade no mercado. Em cooperação com a Universidade de Brasília, esse sistema foi introduzido em 50 unidades familiares da Reserva Alto Juruá, no Acre, conforme dados do CNPT. Além disso, de acordo com informações desse mesmo órgão, foram feitos estudos sobre novas opções para o beneficiamento da borracha, como a borracha estendida a óleo e blendas de borracha e deu-se apoio direto e indireto à produção de couro vegetal.

Ainda nessa direção, cabe assinalar que, com base na borracha nativa foi desenvolvido um produto simples e inovador, com alto valor agregado, o *Amazon Mouse Pad*, em cooperação com o GreenPeace; tendo-se também, investido-se em Ilhas de Alta Produtividade nesse setor.

Por outro lado, a extração associada da seringueira com a castanheira do Pará é tida como um exemplo de um tipo mais avançado de extração, gerando benefícios sociais, econômicos, ambientais e genéticos (Allegretti, 1990, apud Kageyama, 1991).

Seguindo tradição histórica na vida econômica da Amazônia, o segundo produto mais importante nas Reservas é, na avaliação do CNPT, a castanha-do-brasil, em particular na Reserva do Rio Cajari, no Amapá; nessa unidade, onde foi implementada usinas de beneficiamento tipo DRY, com capacidade de 600ton ao ano, em comparação com a borracha, a castanha ganhou em valor e passou a construir-se em maior fonte de renda dos castanhais.

Na linha de produção de alimentos, as experiências desenvolvidas nas Reservas abrangem desde hortas comunitárias e caseiras, com

campanhas para o aumento do plantel de galinhas e do pomar, com a introdução de fruteiras variadas, até o estímulo no melhoramento da qualidade da farinha de mandioca, sendo, também distribuídas sementes melhoradas de arroz, milho e feijão. O plantio da pupunha, segundo assinala o CNPT, em áreas com pouca tradição de cultivo, como Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, no estado do Acre, veio a se tornar um importante complemento alimentar, com perspectivas para a produção industrial. Conforme o referido órgão, a instalação de várias casas de farinha e beneficiadoras de arroz comunitárias tem contribuído para o melhoramento da produção de alimentos, aumento da produtividade de mão-de-obra e da renda das populações extrativistas.

Outros programas são desenvolvidos nas Reservas Extrativistas, como os direcionados à melhoria nas vias de escoamento da produção, à abertura de estradas e aos sistemas de comunicação; e também para obtenção de crédito, como o Programa de Crédito para Extrativistas (Prodex), coordenado pelo CNPT, por meio de sete coordenações estaduais, em parceria com o Basa e as empresas estaduais de assistência técnica.

Estudos de fontes alternativas de renda por meio do ecoturismo, produtos medicinais e cosméticos com potencial comercial vêm sendo realizados, assim como estudos de mercado para produtos extrativistas em geral. A preocupação com a capacitação técnica tem levado ao CNPT a organizar cursos e seminários de treinamento de lideranças e de cooperações com outros órgãos federais e estaduais.

Também integra os programas do CNPT o monitoramento sócioambiental das Reservas Extrativistas, que consiste na produção de informações sobre os aspectos selecionados do sistema social e natural ao longo do tempo, para, a partir dessas informações, elaborar-se com segurança e precisão as medidas corretivas. Os atores envolvidos no monitoramento são: associação de moradores, assessoria econômica, técnica e gerencial, escritórios regionais do CNPT e moradores das reservas.

Com a preocupação de buscar alternativas de renda para as comunidades das reservas, estão sendo desenvolvidos, por exemplo, miniprojetos de processamento de frutas para comercialização de polpas, unidades de produção de artesanato, rapaduras produzidas com equipamentos motorizados, criação semi- confinada de pequenos animais (galinhas e pocilgas) com tecnologia moderna e instalação de apiários e de tanques para pisciculturas.

Sob a égide da convenção da biodiversidade, o Protocolo da Borracha está sendo elaborado, entre as comunidades das Reservas Extrativistas (com espécies de *Hévea* sp.), a indústria de pneus e o governo brasileiro, com base no papel fundamental que os extrativistas cumprem na preservação da diversidade genética da *Hévea* Br. e de toda a floresta amazônica. Seus objetivos, a longo prazo, são “a preservação das variedades de *Hévea* Br, certificações das plantações de *Hévea* Br, por meio de comercialização de mudas melhoradas e com certificados de origem, preservação da diversidade amazônica, na qual as variedades de *Hévea* têm origem e inserção das comunidades de reservas extrativistas na economia global.<sup>15</sup>

Dos resultados significativos produzidos pelas Reservas Extrativistas, cabe mencionar por exemplo, que além de propiciar a permanência dos povos da floresta em seus espaços tradicionais – gerando condições para se extrair o potencial de recursos que a floresta oferece, assegurando-se sua sobrevivência social e, também, permitindo a recriação de sua identidade cultural – o êxodo rural não atinge a 5%, no período de 1995-1999, contra cerca de 29% nas áreas circundantes as Reservas, conforme Relatório Final do Projeto Resex, CNPT/Ibama.

A partir desse mesmo relatório, valor da produção obtido pelas 2900 famílias moradoras das Reservas Extrativistas até então, no período acima, ou seja, em cinco anos, foi de R\$41.750.080,00, importância que corresponde a R\$ 8.350.016,20/ano e a R\$ 2.879,32 por família/ano ou R\$ 2.339,94 por

família mês. Com base no valor produzido pela família, afirma-se que sua renda mensal é de R\$ 232,00, apesar do fruto do seu trabalho não ser totalmente monetarizado. Isso resulta, segundo observação, que a renda familiar nas Reservas Extrativistas é superior a renda de 70% da população urbana residente na Região Norte, que, segundo dados censitários do período, auferia apenas um salário mínimo.

Nesse período (1995-1999), consta também redução dos desmatamentos ocorridos no interior dessas unidades, ainda que as taxas de desmatamentos para a Amazônia como um todo tenham se elevado. Segundo dados do CNPT, no Acre, por exemplo, entre 1995 e 1999, o desmatamento totalizou 9,2%, enquanto na Reserva Extrativista Chico Mendes, foi de 0,6%. Em Rondônia, nesse mesmo período, o desmatamento atingiu a cifra de 21%; na Reserva Extrativista Ouro Preto, essa porcentagem não ultrapassou a 0,1%.

No cômputo geral, avalia-se que entre 1995 a 1999 mais de dois milhões de hectares de floresta foram conservados de modo sustentável com a participação direta das comunidades extrativistas.<sup>16</sup> Considerando-se que esse é um serviço que, historicamente, essas populações vêm prestando à vida na região, no país e no planeta com um valor inestimável, e ,ainda, que esse serviço prestado tem um valor maior do que aquele que a economia pode retribuir, é imperioso que os programas de viabilidade econômica e conservação da biodiversidade, que estão sendo gestados no âmbito das Reservas Extrativistas, permitam uma elevação efetiva da qualidade de vida das populações. Se hoje se reconhece a importância dos povos da floresta amazônica na conservação da biodiversidade, graças à sua cultura, luta histórica e à legitimação das Reservas Extrativistas, como unidade de produção e conservação, é necessário que o Estado desenvolva todos os esforços possíveis para remunerar em um patamar condizente seu trabalho secular e contínuo de preservação da vida.<sup>17</sup>

## **Tradição e Modernidade: um encontro entre tempos e saberes**

Com base no exposto, há de se destacar o significado dessa cultura secular que os seringueiros detêm no trato com a natureza, que, conforme já mencionado, vem permitindo sua reprodução social no tempo, sem destruir a base dos recursos naturais renováveis e os ecossistemas de que fazem parte. Segundo Chico Mendes, o que “os fazendeiros desmataram na década de 70, os seringueiros da Amazônia não desmataram em cem anos!” (Chico Mendes, 1989).

Isso revela que existe no sistema tradicional extrativista uma forma de interação com o mundo natural resultante de todo um complexo saber (e fazer), acumulado historicamente, do qual não se pode prescindir para a sustentabilidade das florestas tropicais no tempo. Em decorrência de uma longa vida nesse meio, os seringueiros conhecem a mata em minúcias; conhecem suas espécies, seus sinais, seus segredos – sua magia. Esse conhecimento, que na linguagem levistraussiana, pode ser traduzido como sendo a expressão da “ciência do concreto”<sup>18</sup>, deve ser valorizado, classificado, sistematizado e incorporado nas dinâmicas e programas concretos, de modo a inspirar soluções genuínas e criativas para a viabilização das Reservas Extrativistas e referenciar o desenvolvimento de experiências, com base no próprio universo cultural, intuitivo, sensível, intelectual e simbólico dos povos da floresta.

Em conformidade com a concepção original dessa unidade de manejo, há de se considerar a lógica de apropriação do espaço e dos recursos naturais presente no sistema tradicional desses povos, pautada na observação rigorosa da natureza, de seus ciclos e movimentos, assim como os mecanismos culturais de controle ecológico existentes em sua própria sabedoria tradicional (Almeida, 1988).<sup>19</sup>

Mesmo estando centrada nos saberes seculares dos povos da floresta, essas colocações não significam o congelamento e a cristalização da

tradicionalidade nas Reservas Extrativistas. De um lado, porque não é possível conceber os “povos da tradição” de modo estacionário, como se estivessem parados no tempo, ausentes de movimentos. Desconsidera-se que, imersos em outros ritmos temporais, esses povos se movem em distintas direções, o que requer apreender o movimento da tradição em seus próprios termos; de outro lado, como observado, Reserva Extrativista consiste em uma unidade dinâmica de manejo sustentável dos recursos naturais, que admite modificações no interior de seu sistema, com a adoção de novas tecnologias e práticas econômicas modernas compatíveis com os distintos ecossistemas.

Em verdade, essa unidade de produção e conservação vem trazendo como desafio histórico para o Estado, para a ciência e para a tecnologia e para os próprios movimentos sociais protagônicos das Reservas Extrativistas o desenvolvimento de um conjunto de propostas e ações que coloque o passado e o futuro no presente, num cruzamento entre várias temporalidades. Ou, em outros termos, postula-se que os projetos implementados para viabilizar essa unidade de manejo sustentável derivem do encontro simultâneo entre tradição e modernidade (Cunha, 1992)<sup>20</sup>. O que se coloca em questão, a partir do caráter inovador dessa unidade de manejo, é em que medida é possível gestar os recursos naturais renováveis, de modo socialmente justo, num olhar sábio (e simultâneo) para frente e para trás? Ou ainda, indaga-se até que ponto é possível pensar numa linha de rotação do tempo que envolve o atrás, sem ir para trás?

Congregando distintas expressões temporais, numa relação de coetaneidade, o escritor Octávio Paz (apud Santiago, 1987) propõe a instauração da “poética do agora”, onde futuro e passado podem se articular de ricas e distintas maneiras, para a invenção e reinvenção do presente. Nesse sentido muitos desafios se colocam para movimento social dos seringueiros, na perspectiva de viabilização e consolidação das Reservas Extrativistas, como instrumento de gestão social de seu território e dos recursos naturais, contribuindo, assim, para as estacas de construção de um

novo projeto civilizatório que leve em conta a biossociodiversidade amazônica. Não se está, aqui, reificando essa unidade de produção e conservação, tomando-a como panacéia dos problemas sócioambientais amazônicos, pois afinal, Reservas Extrativistas não constituem - se em “ilhas da natureza”, dissociadas de dinâmicas sociais externas mais amplas. Políticas sociais e ambientais de caráter global poderão consolidar programas e iniciativas no interior das Reservas.

Nessa direção observa Arnt (1994,p.11): “Depois de abrir caminho na política brasileira, seu movimento (o do Conselho Nacional dos Seringueiros) não pretende apostar fichas na parada do relógio da economia ou da história. Trata-se de abrir caminho para o que pode vir a ser (...). Aquilo, que se espera que venha, e para o qual muita gente trabalha, dentro e fora da Amazônia, e uma outra economia – uma economia sustentável dos produtos da floresta, um modelo de uso dos recursos naturais, que acelere, diversifique e compatibilize o progresso econômico com o desenvolvimento social e a preservação da floresta em pé. Algo muito bonito e quase intangível. Os seringueiros compreendem que a sobrevivência da floresta depende das mudanças no modo de expansão de economia e em arraigados padrões culturais (e) econômicos (...). A aposta tem que ser alta senão o jogo não vira”.

Assim, a capacidade política e articuladora do Conselho Nacional dos Seringueiros continua a ser de maior relevância, seja junto a sua base social, para ampliar a participação gestonária das populações moradoras no interior das Reservas Extrativistas - como sujeitos instituintes de suas práticas históricas -, seja em relação aos demais setores da sociedade regional e nacional, no sentido de que seu projeto socioambiental seja pautado no exercício permanente da “florestania”(Alves & Nazaré,1995)<sup>21</sup>. Esse conceito que não se inscreve meramente no domínio dos direitos sociais, se refere à experiências existenciais seculares, abrangendo linguagens simbólicas próprias, com ritmos temporais e espacialidades peculiares ou, mais

especificamente, à “um conjunto de valores éticos e estéticos emanados da vida na floresta”(Alves, 2001).

A importância desse conceito de florestania é certamente marcar a alteridade ou a singularidade dos modos de vida dos povos da floresta , regidos por um padrão civilizatório completamente distinto do modelo dominante, em especial na forma de interagir com a natureza em suas ricas e múltiplas dimensões. Esses valores ou modos de vida florestais, mesmo que “reencarnados” ou “reengendrados”, poderão propiciar um encontro mais genuíno com a modernidade.

Pode-se dizer que a novidade dos movimentos contemporâneos, fincados na tradição – tais como o dos povos da floresta – , é a reabsorção (e ressignificação) da modernidade naquilo em que esta permita potencializar ou reinventar a própria tradição. A partir daí possa se dar, talvez ,a criação do novo: o encontro (confronto) com o moderno; um diálogo entre os saberes – síntese entre os tempos.

A importância das Reservas Extrativistas está não somente em seu caráter produtivo e conservacionista, simultaneamente, voltado para as peculiaridades socioambientais da Amazônia, mas o sentido alternativo e propositivo de que se reveste no contexto das lutas dos povos da floresta.

Antes, embora as lutas assumissem um caráter de resistência, o discurso do movimento social permanecia preso à crítica ao modelo de desenvolvimento vigente, sem vislumbrar necessariamente alternativas concretas – ainda que o “futuro” estivesse contemplado em seus projetos. Depois, o discurso dos líderes do movimento dos seringueiros parece ter se ampliado, procedendo-se à passagem da crítica “em si” do modelo oficial, para uma proposta de desenvolvimento nascida do diálogo entre saberes distintos, que conecta, a um só tempo, uso e conservação da natureza, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento socialmente justo, tradição e modernidade.

Como referência a um novo paradigma de desenvolvimento centrado nas peculiaridades sócioambientais amazônicas, Reservas Extrativistas colocam como desafio a necessidade de conciliação entre desenvolvimento, conservação da natureza e equidade social, principalmente se levarmos em conta que essas dimensões historicamente aparecem opostas, clivadas ou excludentes, em particular no âmbito da civilização ocidental contemporânea.

Num diálogo com a modernidade esse projeto, originalmente, se fundamenta no pressuposto de que a grande lição que “os povos da tradição” oferecem para a história é a utilização sábia da natureza para a produção e recriação da vida, em sua diversidade e múltiplas dimensões.

## NOTAS

**1.** Com funções similares às da Reserva Extrativista, foi criada, recentemente, no âmbito do SNUC, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, designada “como uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptado às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na manutenção da diversidade biológica”. Sua especificidade parece decorrer do fato de não estar centrada na atividade extrativista e prever em seu interior zonas de amortecimento e de corredores ecológicos, além das áreas de uso sustentável. Ver SNUC, Ministério do Meio Ambiente (Lei n.º 9.985, de 18 de junho de 2000). Essa unidade de manejo só está em funcionamento, até o momento, no estado do Amazonas, e em âmbito estadual.

**2.** Para efeito do presente artigo, nos restringimos, aqui, a apontar as atividades econômicas implantadas, particularmente, na porção ocidental da região Amazônica, a partir da década de 70.

**3.** Em decorrência desse tipo de modelo dominante até hoje, “a taxa de desmatamento já alcança 16% da Amazônia Legal (dados de 1997) ou 780.000 km<sup>2</sup> de floresta ombrófilas de transição e cerrado da região, o que corresponde à extensão de Bahia e São Paulo juntos, e ao dobro das áreas ocupadas pela agricultura no país, hoje em torno de 400.000 km<sup>2</sup> ou 40 milhões de hectares, sem nenhuma correspondência razoável quanto à geração de emprego e renda”, ver Menezes M. Secretaria da Coordenação da Amazônia/ Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2001.

**4.** É interessante notar que se os objetivos da colonização era transformar o seringueiro em produtor agrícola, em inúmeros casos ocorreu o inverso: “muitos colonos passaram a aprender com o seringueiro a utilizar os produtos da floresta (borracha e castanha) pelo fato de estes terem mercado assegurado, não serem perecíveis e disporem de uma rede de intermediação garantida, assegurando, dessa forma a renda monetária para a subsistência” (Allegretti, 1994, p. 23).

**5.** Wilson Pinheiro, como é sabido, foi uma das mais importantes lideranças sindicais do Acre, durante os anos 70, e seu assassinato ocorreu em julho de 1980, três anos após o empate do seringal Sacado, no município de Brasiléia, em 1977, ano em que assume a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia. Conforme depoimentos e registros locais, o assassinato desse sindicalista foi planejado por grupos de fazendeiros da região, assim como várias lideranças sindicais foram mortas em função dos violentos conflitos pela posse da terra na Amazônia; do mesmo modo a morte de Chico Mendes

(símbolo mundial de defesa da floresta amazônica e dos povos que nela vivem), não só se deu pelos fazendeiros incriminados em seu assassinato, mas por todas as forças sociais conservadoras da região contrárias ao projeto alternativo de desenvolvimento para Amazônia preconizado pelos povos da floresta.

**6.** Durante o ciclo da borracha, o seringalista era o proprietário do seringal, exercendo a função de patrão no contexto das relações semiserviis imperantes neste período.

**7.** Uma das unidades ambientais previstas no SNUC, como unidade de manejo sustentável, é a chamada “Área de Proteção Ambiental” (APA), que engloba áreas terrestres e/ou aquáticas. Entretanto, embora contemple as possibilidades de uso dos recursos naturais renováveis, tal tipo de unidade ambiental não se propõe a equacionar um dos pontos nodais envolvidos na problemática ambiental no país – a questão fundiária.

**8.** Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), Programa de Trabalho, Curitiba, 1989. Ver também a definição de Reservas Extrativistas no SNUC, Lei, no.9985. de 18 de julho de 2000 e consultar CNPT/IBAMA.

**9.** Além de Allegretti, uma das pesquisadoras pioneiras a chamar a atenção para essa questão, a partir de seus estudos e propostas formuladas já em meados da década de 80, outros autores, vinculados à distintas áreas do conhecimento científico fazem a mesma afirmação, como por exemplo: Hecht, S. B. (1988) Anderson (1994), Almeida (1988), Menezes (1994) e Schuwartzman (1988).

**10.** Expressão emprestada de Garcia Marques para aludir às condições de relativo isolamento que os seringueiros permaneceram durante um século, no ciclo da borracha, vivendo em unidades sociais espalhadas pela floresta, com longas distâncias entre uma e outra. A expressão, foi utilizada, pelo antropólogo Mauro Almeida (1988), estudioso da região, em sentido metafórico, para referir-se a essa situação de cem anos de isolamento na floresta em que o seringueiro permaneceu durante sua história passada.

**11.** O Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), fundado em 1986, foi uma das entidades não governamentais que exerceu um papel bastante relevante nesse contexto, especificamente na assessoria do Conselho Nacional dos Seringueiros, divulgando as suas propostas em âmbito nacional e internacional e traduzindo-as no plano técnico-científico.

**12.** Focalizando a dimensão internacional da luta dos povos da floresta, o seringueiro Raimundo de Barros, ex-liderança sindical e atual vereador do PT no município de Xapurí – AC, assim afirmou: “Eu acredito que hoje o nosso trabalho tem um apoio e uma repercussão não só a nível nacional, mas a nível internacional, justamente porque aí entra a questão ecológica. Eu digo que os melhores ecologistas hoje no Brasil, são realmente os trabalhadores da floresta, os seringueiros, o castanheiro, o babaçueiro, o índio(...) porque

são pessoas que defendem a ecologia, trabalhando lá dentro, na prática mesmo(...) Foi através do sindicato que a gente conseguiu se organizar e tomar conhecimento de determinados direitos que a gente tem e a partir daí juntou o movimento, o trabalho sindical com a defesa ecológica. Se fosse só pelo movimento sindical, eu acredito que a nossa luta não teria repercussão, como está tendo hoje”. Ver Barros (1990)

**13.** Sobre o conjunto de procedimentos e metodologias necessários para a criação de Reserva Extrativista, ver Allegretti, 1994, op.cit. e CNPT, portaria 51- N, publicada no Diário Oficial da União, de 13/05/94.

**14.** Sobre essa questão ver Almeida (1994), especificamente em “As Reservas Extrativistas e O Valor da Biodiversidade”, onde o autor estabelece um contraponto com A K. Homma, um dos principais críticos sobre a viabilidade econômica do extrativismo na Amazônia.

**15.** Das ações derivadas desse Protocolo, ainda em processo de elaboração, pode-se citar, a curto prazo, a transferência de tecnologia que vem sendo efetivada, através da indústria Pirelli, para os extrativistas de borracha, do município de Xapurí, Acre.

**16.** Conforme CNPT, “durante 4 anos foram conservados 2.144.966 há de floresta, aplicando-se \$ 9.000.000 ou \$ 1,03 centavos por há, uma vez a cada ano, aí incluído todos os gastos do projeto. Considerando-se somente os gastos com fiscalização e monitoramento ambiental, o custo não chega a \$ 0,20 centavos por há – ano”. Relatório Final – Projeto Reservas Extrativistas/ 1995 – 1999.

**17.** Sobre essa questão, ver Almeida (1994) em “As Reservas Extrativistas e o Valor da Biodiversidade”. Assim afirma o autor: essas unidades de manejo, “dependem também de um regime econômico (através de políticas públicas ou de contratos privados) que remunere as atividades extrativistas sustentáveis de baixo impacto ambiental e compatíveis com a conservação de extensos territórios florestais de alta biodiversidade, incluindo nessa remuneração o valor dos fundos de biodiversidade, o dos serviços de pesquisas e conservação exercidos pelos moradores. Finalmente, requerem um regime institucional capaz de transferir com equidade para a população local a remuneração por suas atividades de uso sustentável dos recursos”.

**18.** Sobre a significação do conceito “ciência do concreto”, ver C. Lévi-Strauss em “O Pensamento Selvagem”, São Paulo: Campinas, 1989.

**19.** É importante observar que mesmo reconhecendo a impotência desses mecanismos ecológicos, Almeida (1994), observa, entretanto, que a populações florestais, no caso os seringueiros, não se orientam apenas por uma ética conservacionista, mas por oportunidades econômicas, por preços e mercados, o que pode levá-los, muitas vezes a violar essa ética.

**20.** Buscando redefinir o sentido que costumeiramente é dado a tradição e modernidade, Cunha (1992-1995), propõe uma reflexão sobre novas formas de articulação entre essas expressões temporais , tomando como referência o movimento social dos “povos da floresta” e dos “povos do mar”.

**21.** Antônio Alves e J. Nazaré, acreanos, formularam originalmente a idéia de florestania, como uma paródia ao conceito de cidadania, em 1995. Entretanto, esse conceito ganha maior abrangência na elaboração atual de Antônio Alves, conforme explicitado neste texto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALLEGRETTI, Mary. **Reservas Extrativistas**: uma proposta de desenvolvimento da Floresta Amazônica. Curitiba: IEA,1987, mimeo.
- \_\_\_\_\_Reservas Extrativistas: Parâmetro para uma política de desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. et al (org) **O Destino da Floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume/ Dumará - Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.
- ALVES, Antônio. **Diálogos a distância**. Curitiba – Rio Branco, 2001.
- ALMEIDA, Mauro. B. **As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais**, São Paulo. Rio Branco – Ac, 1988. mimeo.
- \_\_\_\_\_.As Reservas Extrativistas e o Valor da Biodiversidade. In: ANDERSON et al (org). **O Destino da Floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume/ Dumará - Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.
- ARNT, Ricardo A. Seria Mais Prático Ladrilhar? (prefácio) In: ANDERSON, A. et al (org) **O destino da Floresta**:. reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume/ Dumará – Curitiba, PR : Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.
- ANDERSON, Anthony. Extrativismo Vegetal e Reservas Extrativistas In: ANDERSON, A. et al (org) **O destino da Floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume/ Dumará – Curitiba, PR : Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.
- BARROS, Raimundo. O Seringueiro. In (AGB) geografia: **Pesquisa e Prática Social**, Revista Terra Livre. São Paulo: Marco Zero, n<sup>o</sup> 7, abril, 90.
  
- CUNHA, Lúcia Helena O. **Espaço e Territorialidade no Universo da Pesca Artesanal**. São Paulo: NUPAUB/ USP. III Encontro de Ciências Sociais e o Mar do Brasil, 3. Coletânea de trabalhos apresentados.

- CUNHA, Lúcia Helena e Madruga, M. **Reservas Extrativistas para região de mangue**: uma proposta preliminar para o Estuário de Mamanguape (PB). São Paulo: NUPAUB/ USP, 1992 (estudo de caso n.º 4).
- CUNHA, Lúcia Helena O. **Reservas Extrativista em Áreas Úmidas**: uma alternativa de produção e conservação da natureza. São Paulo. NUPAUB/ USP. 1992. mimeo. (texto apresentado como subsídio para o Seminário sobre “El Extractivismo en America Latina, Amacaycú – Colômbia).
- \_\_\_\_\_. **Tradição e Modernidade**: natureza, saberes e movimentos (ensaios inéditos) São Paulo. PUC.1992 – 1995.
- \_\_\_\_\_. **Conhecimentos e Práticas Tradicionais** (texto organizado como subsídio ao curso Paisagem e Cultura Caiçara, promovido pelo NUPAUB – USP, São Paulo, maio, 2001).
- CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais. **Relatório final do Projeto Reservas Extrativistas**. Programa Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG –7. Brasília, 1995 – 1999.
- \_\_\_\_\_. Roteiro para a criação e legalização das reservas extrativistas. Brasília, 1994.
- BORNHEIM, Gerd O conceito de Tradição In: **Tradição e Contradição**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- DIEGUES, Antônio C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec. 1996.
- DIEGUES, A.C. Saberes Tradicionais e Etnoconservação. In: DIEGUES & VIANA (org). **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. São Paulo, NUPAUB – USP, 2000.
- DIEGUES, Antônio C. (org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec. 2000.
- \_\_\_\_\_. (org) **Desmatamento e Modos de Vida na Amazônia**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1999.
- INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS (IEA) **O Futuro da Amazônia**. Carta de Curitiba. Seminário: Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia. Curitiba: IEA, 1988.

- \_\_\_\_\_ . Programa de Trabalho. Curitiba. 1989.
- KAGEYAMA,P.,1991 (falta completar)
- LEFF, Enrique & CARABIAS, J. (org) **Cultura y Manejo Sustentable de los Recursos Naturales. México. PNUMA/ UNAM, 1993.**
- LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: **O Pensamento Selvagem.** Campinas: Papirus, 1989.
- MENEZES, Mário. As Reservas Extrativistas como Alternativa ao Desmatamento na Amazônia. In: Anderson A. et al (org). **O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.** Rio de Janeiro: Relume/ Dumará – Curitiba, Pr: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.
- \_\_\_\_\_ . **Considerações Expeditas sobre o Processo do Controle do Desmatamento e Manejo Florestal na Amazônia.** Brasília. Secretaria de Coordenação da Amazônia/ Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- MENDES, Chico. A Luta dos Povos da Floresta in: Geografia – **Pesquisa e Prática Social.** Revista Terra Livre (AGB). São Paulo: Marco Zero, n<sup>o</sup> 7, abril/1990.
- \_\_\_\_\_.(depoimentos). In: publicação Conselho Nacional dos Seringueiros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Central Única dos Trabalhadores. São Paulo, 1989.
- MALDONADO,Simone C. A Caminho das Pedras: Percepção e Utilização do Espaço na Pesca Simples. In: Diegues, A. C. (org). **A imagem das águas.** São Paulo: Hucitec, 2000.
- \_\_\_\_\_.**Mestres e Mares.** São Paulo. Anma Blumen. 1993.
- PRATES, Ana Paula Leite, et al **Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas de Uso Sustentável como Instrumento para Gestão Pesqueira,** Campo Grande, novembro/ 2000.
- RUIZ, M. et al. **El extractivismo en America Latina** – Conclusiones del Taller UICN – CEE, Amacayacu (Colômbia), 1992.
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Brasília. Ministério do Meio Ambiente. 2000.

- SILVA, Marina **O Sonho Sustentável**. Brasília, Senado da República, 1996, mimeo.
- \_\_\_\_\_. **Diálogos a Distância**. Curitiba – Brasília outubro/ novembro – 2001.
- SILVEIRA, Elson M. **Diálogos a Distância**. Curitiba – Macapá. outubro/ novembro – 2001.
- SALES, Renato Rivaben e Maldonado, Wanda P. A Reserva Extrativista Estadual do Bairro Mandira e o Ordenamento da Exploração de Ostra em Cananéia/ São Paulo. In: Diegues e Viana (orgs) **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB– USP. 2000.
- SANTIAGO, Silvino. Permanência do Discurso da Tradição na Modernismo. In: **Tradição/ Contradição**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- TEIXEIRA, C. Seringueiros em Rondônia: formas de vida, modificações ecológicas e visões de natureza. in **Revista Margem**. São Paulo: Educ, 1997.
- VIEIRA, Paulo F. Gestão Patrimonial de Recursos Naturais: Construindo o Ecodesenvolvimento em Regiões Litorâneas. In: Cavalcanti, Clóvis (org) **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

**ANEXO 1**

Chico Mendes	Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira e Capixabá – AC	7.500	970.570	Castanha, borracha, copaíba	12/03/90
Rio Cajari	Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão – AP	3.800	481.650	Castanha, copaíba, borracha, açaí	12/03/90
Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim e Nova Mamoré – RO	700	204.583	Castanha, copaíba, borracha	13/03/90
Barreiro das Antas	Guajará-Mirim – RO	100	107.234	Castanha, copaíba, borracha	07/05/01
Rio Cautário	Guajará-Mirim – RO	75	73.817	Castanha, borracha, copaíba	07/08/01
Lago do Cuniã	Porto Velho – RO	290	52.065	Pescado, castanha	10/11/99
Extremo Norte	Carrasco Bonito – TO	800	9.280	Babaçu, pescado	20/05/92
Mata Grande	Senador La Roche – MA	500	10.450	Babaçu	20/05/92
Quilombo do Frexal	Mirimzal – MA	900	9.542	Babaçu, pescado	20/05/92
Ciriáco	Cidelândia – MA	1.150	7.050	Babaçu	20/05/92
Auti-Paraná	Fonte Boa – AM	1.246	146.950	Borracha	07/08/01
Baixo Juruá	Juruá e Uarini – AM	1.050	187.982	Borracha	01/08/01
Médio Juruá	Carauari – AM	700	253.226	Borracha, pescado	04/03/97
Tapajós-Arapiuns	Santarém e Aveiros – PA	4.000	647.610	Borracha, pescado, óleos, resinas	06/11/98

Fonte: CNTP – IBAMA

## ANEXO 2

**RESERVAS EXTRATIVISTAS EM PROCESSO DE CRIAÇÃO NA AMAZÔNIA**

<i>Nome</i>	<i>Cidade / Estado</i>	<i>População</i>	<i>Área</i>	<i>Recursos Manejados</i>	<i>Situação Atual</i>
Cazumbá	Sena Madureira – AC	754	748.817	Borracha, castanha	P.concluído
Riozinho Liberdade	Cruzeiro do Sul – AC	1.145	400.000	Borracha	Em estudo
Uatumã	Uatumã – AM	Medição	Medição	Óleos, pescado, castanha	Em estudo
Lábrea	Lábrea – AM	Medição	Medição	Borracha, castanha, óleos, pescado	Em estudo
Rio Jutáí	Jutáí – AM	Medição	275.533	Borracha, óleos, pescado	P.concluído
L. Capananzinho	Manicoré – AM	Medição	151.603	Castanha, borracha, óleos	P.concluído
Lago do Catuá	Tefé e Coari – AM	Medição	Medição	Castanha, borracha, óleos, pescado	Em estudo
Barcelos	Barcelos – AM	Medição	Medição	Peixe ornamental, piassava	Em estudo
Maues	Maues – AM	Medição	Medição	Borracha, pescado	Em estudo
Foz do Purus	Anuri e Beruri - AM	Medição	Medição	Borracha, pescado	Em estudo
Porto de Mós	Porto de Mós – PA	20.000	1.400.000	Madeira, borracha, açaí, pescado	Em estudo
Ipaú/Anilzinho	Baião – PA	2.000	60.000	Madeira, castanha, açaí, frutos	Em estudo
Bacajá	Anapú – PA	4.000	74.788	Madeira, frutos, essências florestais	P.concluído
Ilha Grande de Gurupá	Gurupá – PA	10.000	800.000	Borracha, açaí, palmito	Em estudo
Mutum	Repartimento – PA	500	2.200	Açaí, essências florestais, castanha	Em estudo
Nova Arumanduba	Almerim – PA	Medição	Medição	Castanha, andiroba, copaíba, açaí	Em estudo
Pimental	Curralinho – PA	500	50.000	Castanha, açaí, borracha	Em estudo
Colônia São Domingos	Corumbá – MS	Medição	Medição	Pescado	Em estudo
Guariba- Roosevelt	Aripuanã – MT	110	Medição	Castanha, borracha, copaíba	Em estudo
Xixuaú	Rorainópolis – RR	800	251.840	Pescado, castanha, açaí	Em estudo

### **ANEXO 3 RESERVAS MARINHAS EM ESTUDO**

<b>Nome</b>	<b>Cidade / Estado</b>	<b>Pop.</b>	<b>Área ha</b>	<b>Recursos Manejados</b>
Sucuriju	Amapá – AP	medição	Medição	Pesca de lagos e pesca artesanal
Soure	Soure – PA	1.400	27.463	Manguezais e pesca artesanal
Araí-peroba	Augusto Correia – PA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Caeté-Taperaçu	Bragança – PA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Viseu	Viseu – PA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Tracuateua	Tracuateua- PA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Quatipuru	Quatipuru-PA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Mãe Grande de Curuçá	Curuçá – PA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Maracanã	Maracanã – PA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Choakaré – Mato Grosso	Santarém Novo – PA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
São João da Ponta	São João da Ponta –PA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Carutapera	Carutapera – MA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Turiaçú	Turiaçú – MA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Cururupu	Cururupu – MA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Godofredo Viana	Godofredo Viana - MA	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Batoque	Aquiraz – CE	Medição	Medição	Agricultura de vasante e pesca artesanal
Barra do Trariri	Barra do Trariri – CE	Medição	Medição	Pesca artesanal
Baía Formosa	Baía Formosa – RN	Medição	Medição	Pesca artesanal
Mata Norte	Igarassu e	Medição	Medição	Manguezais e pesca artesanal

	Itapissuma - PE			
Acau	Pitimbu – PB	300	Medição	Mariscos
Itacaré	Itacaré – BA	1.100	Medição	Pesca artesanal
Litoral Norte da Bahia	Conde – BA	Medição	Medição	Pesca artesanal
Baixo Sul	Marau e Camamu - BA	3.200	Medição	Manguezais e pesca artesanal
Litoral Norte do E.S.	São Mateus e Linhares - ES	2.800	Medição	Pesca artesanal
Ilha da Marambaia	Sepetiba – RJ	42	Medição	Pesca artesanal
Saco do Mamanguá	Parati – RJ	Medição	Medição	Pesca artesanal
Gargaú	Gargaú – RJ	Medição	Medição	Pesca artesanal
Barra do Rio São João	Barra do São João – RJ	Medição	Medição	Pesca artesanal
Itaipú	Itaipú – RJ	Medição	Medição	Pesca artesanal
Mandira	Cananéia – SP	48	1.400	Manguezais e pesca artesanal
Baia da Babitonga	São Francisco do Sul – SC	Medição	Medição	Pesca artesanal
Lagoa do Camacho	Santa Marta – SC	Medição	Medição	Pesca artesanal lagunar
Lago do Guaíba	Porto Alegre e Guaíba – RS	1.000	Medição	Pesca artesanal
Prainha do Canto Verde	Praia do Canto Verde – CE	1.200	Medição	Pesca artesanal

<b>Nome</b>	<b>Cidade / Estado</b>	<b>População</b>	<b>Área ha</b>	<b>Recursos Manejados</b>	<b>Criada em</b>
Delta do Parnaíba	Parnaíba e Araióses PI- MA	3.600	27.000	Caranguejo uça	16/11/00
Pirajubaé	Florianópolis – SC	600	1.444	Berbigão, pescado, crustáceos	20/05/92
Arraial do Cabo	Arraial do Cabo – RJ	3.000	56.769	Pescado	03/01/97
Baia do Iguape	Maragogipe e Cachoeira - BA	1.150	8.117	Pescado	14/08/00
Ponta do Corumbau	Prado - BA	800	98.174	Pescado	21/09/00
Lagoa do Jequiá	Jequiá da Praia – AL	2.000	10.203	Pescado e crustáceos	27/09/01

Fonte: CNPT – IBAMA